

CADERNO DE ENCARGOS Parte I

1 – OBJETO

1.1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de reparação e manutenção das viaturas das marcas Ford, Skoda e Volkswagen, identificadas no Anexo 1 do presente caderno de encargos.

1.2 - A prestação de serviços inclui a execução de todos os trabalhos acessórios que se revelem necessários ao cumprimento dos objetivos que estão subjacentes.

1.3 - O presente procedimento inclui o fornecimento de todas as peças, acessórios originais das marcas e certificados que se venham a revelar necessários para a manutenção e reparação das viaturas que integram o presente procedimento.

2 – PRAZO

2.1 - O contrato terá início a 1 de janeiro de 2025, ou assim que o processo administrativo se encontre concluído, e mantém-se em vigor até 31/12/2025 **ou** até se esgotar o preço contratual, consoante o que ocorra em primeiro lugar, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2.2 - O contrato produz efeitos no dia seguinte ao da sua outorga.

3 - PARÂMETRO BASE DO PREÇO CONTRATUAL

O preço contratual (valor máximo) é **€12.000,00** (doze mil euros), o qual não inclui o IVA, sendo que fica definido o preço/hora de mão de obra, como a seguir se indica:

- Preço/hora de mão-de-obra de reparação, eletricidade e estação de serviço - O preço Base (valor máximo) é de **€65,00** (sessenta e cinco euros), o qual não inclui o IVA.

4 – REVISÃO DE PREÇOS

Os preços constantes da proposta adjudicada não serão revistos durante a vigência do contrato.

5 - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

5.1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Executar o trabalho adjudicado, com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Cumprir as condições fixadas para execução do trabalho, no caderno de encargos, na proposta apresentada e no contrato a celebrar.

5.2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, incluindo a preparação, execução e encargos de todos os trabalhos.

6 - FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 - O prestador de serviços fica obrigado a emitir orçamento prévio à realização de qualquer intervenção, ficando o mesmo sujeito à aprovação por parte do contraente público.

6.2 - Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

6.3 - Os serviços objeto do contrato devem ser realizados em instalações do adjudicatário, que não distem mais de 50kms da sede do Município, considerando para o efeito o trajeto mais curto entre os dois pontos.

6.4 - Sempre que não existam condições técnicas que permitam a execução do serviço de acordo com o número anterior, deverá o adjudicatário assumir todos os encargos necessários à satisfação do pedido.

7 - PRAZO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1 - O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no presente caderno de encargos, no prazo máximo de 10 dias, a contar da data de receção da requisição externa.

7.2 - Os prazos previstos no número anterior podem ser prorrogados por iniciativa do Município de Aljezur ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

8 - CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Aljezur em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

9 - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO

9.1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Executar os serviços necessários nas viaturas, incluindo tanto a mão-de-obra como o fornecimento de todo o material;
- b) A entidade adjudicatária deverá prestar os serviços requeridos com a maior brevidade possível;
- c) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços definido neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- d) Obrigação de garantia do serviço prestado, a qual nunca poderá ser inferior a 1 (um) ano.

9.2 - A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

10 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. - Os pagamentos devidos pela entidade adjudicante devem ser efetuados no prazo de 30 dias, após a entrega das respetivas faturas e confirmadas pelo gestor de contrato, as quais só devem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem e fazer menção ao número do compromisso, nos termos da lei.

10.2. - O pagamento será efetuado diretamente ao prestador.

10.3. - Em caso de discordância por parte Município de Aljezur quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando

aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo(s) documento(s) corretivo(s).

10.4. - Nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 01 de janeiro de 2023, a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal do contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP, com exceção das micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativamente às quais este prazo foi alargado para 01/01/2024, nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei 54/2023, de 14 de julho.

10.5. - Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos fornecedores/prestadores do Município de Aljezur, informamos o contacto do parceiro tecnológico E-mail: fornecedores.saphety@saphety.com/helpdesk@saphety.com, telefone: +351 308 801 249 / +351 707 101 249, o qual dispõe de soluções que permitem o envio da fatura eletrónica, não obstante a existência de outras opções no mercado nacional.

11 – DEVER DE SIGILO

11.1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

11.2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

11.3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

11.4 - O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

12 - REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DE DADOS

O adjudicatário obriga-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados - Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

14 - REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO DOS TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS TERMOS DO ARTIGO 419.º-A DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

O prestador fica obrigado ao cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP.

15 – PENALIDADES CONTRATUAIS

15.1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de reparação/manutenção objeto do contrato, até 5% do valor requisitado, excluindo o IVA;

b) Pelo cumprimento defeituoso da obrigação, até o valor de 5% do preço contratual.

15.2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma sanção pecuniária de até 5% do preço contratual;

15.3 - Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador ao abrigo da alínea a) do n.º 15.1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

15.4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

15.5 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

15.6 - As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

16 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

16.1. - Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias a vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

16.2. - Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

16.3. - A parte que invocar casos de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

17 – RESOLUÇÃO DO CONTRATO PPOR PARTE DA ENTIDADE AJDUDICANTE

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

18 - RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

O prestador pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

19 – CONTRATO

A adjudicação é formalizada por contrato escrito, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95º do CCP, obrigando-se o adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a sua celebração.

20 – APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

20.1. - Em simultâneo com a decisão de adjudicação, a entidade adjudicante, aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, quando seja o caso.

20.2. - Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a entidade adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

21 – DESPESAS DO CONTRATO

21.1. - As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção das taxas legalmente devidas pelo adjudicatário, nomeadamente a taxa de elaboração de contrato no valor de € 48,87, prevista no ponto 9 do Artigo 1º da Tabela Geral de Taxas e Licenças do Município.

21.2. - Correm igualmente por conta do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.

22 – GESTOR DO CONTRATO

A entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designará um Gestor do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, devendo nestes termos, ser dado conhecimento ao gestor de contrato de todas as ações inerentes ao mesmo.

23 - SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

24 – FORO COMPETENTE

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.

25 - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

26 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

PARTE II

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES

Serviços de reparação e manutenção preventiva e corretiva das viaturas
das marcas Ford, Skoda e Volkswagen

Matrícula	Ano	Mês	Marca	Modelo	Nº Chassis
20-PI-52	2014	Dezembro	Ford	FOCUS	WF05XXGCC5ER18904
AZ-28-VB	2023	Abril	Ford	RANGER	6FPPXXMJ2PNB70413
AH-63-US	2021	Junho	Ford	TRANSIT	WFOCXXTRRCMM40927
69-UB-48	2017	Dezembro	Skoda	FABIA	TMBJJ6NJ7JZ009894
50-UA-99	2017	Dezembro	Skoda	FABIA	TMBEJ6NJ8JZ094066
82-VT-99	2018	Dezembro	Skoda	OCTAVIA	TMBAG7NE7K0032315
82-VT-50	2018	Dezembro	Skoda	FABIA	TMBEB6NJ8KZ057596
82-VT-76	2018	Dezembro	Skoda	FABIA	TMBEB6NJ5KZ057314
51-PU-37	2015	Abril	Volkswagen	PASSAT	WVWZZZ3CZFE447861
85-SG-53	2016	Dezembro	Volkswagen	KOMBI	WV2ZZZ7HZHH083510
45-ZX-91	2020	Fevereiro	Volkswagen	KOMBI	WV2ZZZ7HZLH008364
46-ZX-06	2020	Fevereiro	Volkswagen	KOMBI	WV2ZZZ7HZLH007933
82-VT-83	2018	Dezembro	Volkswagen	CADDY	WV1ZZZ2KZX035873
99-VT-75	2018	Dezembro	Volkswagen	CADDY	WV1ZZZ2KXHX157485
AN-72-HG	2022	Janeiro	Volkswagen	CADDY	WV1ZZZSKZN011201

Descrição genérica dos serviços a executar

- Os serviços a prestar incluem todos os serviços de manutenção periódica previstos no plano de manutenção preconizado pelo fabricante assim como toda e qualquer reparação corretiva ou preventiva que se verifique necessária e seja requerida pelo Município de Aljezur.

A P R O V A D O
O Vereador da Câmara